

**PROCESSO N.º 06/2026  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2026**

**ANEXO I – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**1. HABILITAÇÃO JURÍDICA (art. 66 da Lei 14.133/2021)**

- a) Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- b) Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja autenticidade poderá ser verificada no sítio eletrônico oficial do Governo Federal;
- c) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- d) Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde estiver localizada sua filial, agência, sucursal ou estabelecimento;
- e) Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- f) Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência no órgão competente, com averbação no registro onde tem sede a matriz;
- g) Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;
- h) Os documentos de habilitação jurídica deverão ser compatíveis com o objeto da licitação, demonstrando atuação da licitante em atividade pertinente e compatível com a contratação pretendida.

**2. HABILITAÇÃO FISCAL E TRABALHISTA (art. 68 da Lei 14.133/2021)**

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ;
- b) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, referente aos tributos federais e à Dívida Ativa da União, inclusive contribuições sociais, nos termos da legislação vigente;
- c) Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;
- d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, ou positiva com efeitos de negativa;
- e) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- f) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- g) Caso a licitante seja considerada isenta dos tributos municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante apresentação de declaração da Fazenda competente ou outro documento equivalente, na forma da legislação aplicável;
- h) O licitante enquadrado como Microempreendedor Individual – MEI que pretenda usufruir dos benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006 ficará dispensado da apresentação da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal, quando aplicável.

**3. HABILITAÇÃO TÉCNICA (art. 67 da Lei 14.133/2021)**





- a) Apresentação de atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a execução satisfatória de fornecimento, fabricação, montagem e instalação de mobiliário planejado ou objeto compatível em características, quantidades e complexidade com o objeto da presente contratação;
- b) Serão aceitos atestados emitidos em nome da matriz ou filial da licitante, desde que demonstrada a compatibilidade operacional com o objeto licitado;
- c) A Administração poderá promover diligências para verificar a autenticidade, veracidade e pertinência dos documentos apresentados, podendo solicitar documentos complementares e informações adicionais;
- d) Declaração formal de pleno conhecimento das condições de execução do objeto e das peculiaridades dos ambientes onde serão instalados os móveis planejados;
- e) Considerando que a presente contratação envolve mobiliário planejado sob medida, cuja execução depende da perfeita compatibilidade entre o Projeto Executivo de Interiores e as condições reais do imóvel, o conhecimento prévio dos ambientes é considerado altamente recomendável para elaboração da proposta e adequada execução contratual;
- f) O licitante poderá realizar vistoria prévia no local de execução, mediante agendamento junto ao IPESPEM, por meio do e-mail [anilana.ipespem@paranapanema.sp.gov.br](mailto:anilana.ipespem@paranapanema.sp.gov.br);
- g) A vistoria será realizada em data e horário previamente definidos pela Administração, de modo a não coincidir com o agendamento de outros licitantes;
- h) Caso o licitante opte por não realizar vistoria prévia, deverá apresentar declaração formal assinada por seu representante legal ou responsável técnico, atestando pleno conhecimento das condições, características e peculiaridades da contratação, assumindo integral responsabilidade pela execução do objeto;
- i) A ausência de vistoria não poderá ser utilizada futuramente como fundamento para pedidos de alteração contratual, acréscimos de valores, prorrogação de prazos ou alegação de desconhecimento das condições do local;
- j) O licitante vencedor deverá realizar visita técnica obrigatória antes do início da fabricação dos móveis, para conferência final das medidas, níveis, interferências e condições reais dos ambientes, assumindo integral responsabilidade pelas medições realizadas;
- k) A proposta comercial deverá ser acompanhada de catálogos, fichas técnicas, desenhos, imagens ilustrativas ou memorial descritivo dos materiais ofertados, contendo informações suficientes para verificação da compatibilidade dos produtos com as especificações técnicas previstas no Projeto Executivo de Interiores e neste Termo de Referência;
- l) É vedada a indicação de marcas específicas, admitindo-se somente referências técnicas acompanhadas da expressão "ou equivalente técnico".

#### 4. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA (art. 69 da Lei 14.133/2021)

- a) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica licitante, emitida há no máximo 90 (noventa) dias da data de abertura da sessão pública, salvo prazo diverso constante do próprio documento.
- b) No caso de sociedade simples, deverá ser apresentada certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede da licitante.
- c) Caso a comarca da sede da licitante possua mais de um sistema de distribuição judicial, a licitante deverá apresentar certidões complementares abrangendo todos os sistemas existentes, inclusive distribuições cíveis, falências, recuperações judiciais e extrajudiciais, quando aplicável.
- d) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa.
- e) A comprovação da boa situação financeira da empresa será baseada nos seguintes índices contábeis:





I – Liquidez Geral (LG)

$LG = (\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}) \div (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante})$

II – Solvência Geral (SG)

$SG = \text{Ativo Total} \div (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante})$

III – Liquidez Corrente (LC)

$LC = \text{Ativo Circulante} \div \text{Passivo Circulante}$

f) Os índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) deverão ser superiores a 1 (um).

g) Caso a licitante apresente resultado igual ou inferior a 1 (um) em qualquer dos índices referidos no item anterior, será exigida comprovação de capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo correspondente a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

h) As empresas constituídas no exercício financeiro da licitação poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura, nos termos do art. 65, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

i) Os documentos contábeis limitar-se-ão ao último exercício social no caso de pessoa jurídica constituída há menos de 2 (dois) anos.

j) O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser comprovado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, acompanhada do respectivo registro profissional, quando aplicável.

## 5. OUTRAS COMPROVAÇÕES

Declaração subscrita pelo representante legal do licitante, conforme modelo Anexo I – A, elaborada em papel timbrado, atestando que:

- a) atende aos requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório, e que responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I da Lei nº 14.133/2021);
- b) cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas (art. 63, IV da Lei nº 14.133/2021);
- c) suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas (art. 63, §1º da Lei nº 14.133/2021);
- d) não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal (art. 68, VI da Lei nº 14.133/2021);
- e) não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- f) está ciente da obrigação de manter o endereço da empresa atualizado junto ao órgão promotor da licitação, e de que as notificações e comunicações formais decorrentes da execução do contrato serão efetuadas no endereço que constar em seu preâmbulo. Caso a empresa não seja encontrada, será notificada pelo Diário Oficial do Município acessível em [www.paranapanema.sp.gov.br](http://www.paranapanema.sp.gov.br)
- g) no caso de empresas em recuperação judicial: está ciente de que no momento da assinatura do contrato deverá apresentar cópia do ato de nomeação do administrador judicial ou, se o administrador for pessoa jurídica, o nome do profissional responsável pela condução do processo e, ainda, declaração, relatório ou documento equivalente do juízo ou do administrador de que o plano de recuperação judicial está sendo cumprido;



# **IPESPEM**

CNPJ: 05.152.243/0001-69



**Instituto de Previdência Social dos Funcionários Públicos da Estância Turística de Paranapanema.**

- h) no caso de microempresas ou empresas de pequeno porte: a empresa não possui qualquer dos impedimentos previstos nos §§ 4º e seguintes todos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e alterações, assim como §§ 1º a 4º do art. 4º da Lei 14.133/2021, cujos termos declara conhecer na íntegra;
- i) não se enquadra em nenhuma das restrições de participação, conforme art. 14 da Lei nº 14.133/2021 e item 2.3 do edital;
- j) está ciente sobre a observação das disposições da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), e alterações, quando do tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis a que tenha acesso, para o propósito de execução e acompanhamento do Contrato, não podendo divulgar, revelar, produzir, utilizar ou deles dar conhecimento a terceiros estranhos a esta contratação, a não ser por força de obrigação legal ou regulatória.

**[www.ipespem.com.br](http://www.ipespem.com.br)**

**Rua: Joaquim Vieira de Medeiros, 695 - CEP: 18720-000 - Paranapanema - SP**  
**Fone: ( 14 ) 3713 -1753 / 3713 -1670**

